

REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARCHITECTOS CIVIS

E

ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES

Fundada em Lisboa em 1863, e estabelecida na antiga egreja do Largo do Carmo.

BOLETIM ARCHITECTONICO E D'ARCHEOLOGIA

N.º 1

SUMMARIO

Introdução, pelo socio o sr. I. de Vilhena Barbosa—*Synopse dos trabalhos da associação*, pag. 3—*Archeologia*, pelo socio C. R., pag. 5—*Sarcophago Gentilico*, pelo socio J. da S., pag. 8—*Apontamentos e conjecturas sobre o castello de Leiria*, pelo socio correspondente o sr. Victorino da Silva Araujo, pag. 10—*Brazões Reaes Portuguezes*, pelo socio o sr. Francisco José d'Almeida, pag. 12—*Chronica*, pag. 16—*Importante dadiva d'el-rei o sr. D. Fernando*, idem—*Felicitações do Real Instituto dos Architectos Britannicos*, idem—*Cippo*, descoberto em Ihavo, idem—*Diploma de Merito da Exposição Universal de Vienna d'Austria*, idem—*Membros eleitos para a Meza da Real Associação e para as suas Secções*, em 1874, pag. 16.

ESTAMPAS DO PRESENTE NUMERO

Vista em photographia do sarcophago gentilico, 1.^a—Brazões Reaes Portuguezes, 2.^a

INTRODUCCÃO

Os progressos que Portugal tem feito n'estes ultimos tempos, e continua a fazer, no caminho da civilisação, manifestam-se por muitos modos, e avultam tanto, que lhe têm conciliado a estima e respeito de todas as nações cultas.

D'essas lides honrosas e patrioticas já estamos colhendo o fructo, que é a prosperidade do paiz, crescente de anno para anno, e revelando-se por tantos e tão differentes modos, que não é licito pô-la em duvida.

Diz-se, e temos como um axioma verdadeiro, que — a prosperidade das nações se estampa nas letras e nas artes, e que ambas estas são como espelhos em que se retrata o viver da sociedade—. Todavia, dá-se entre nós o caso excepcional de prosperar o paiz, sem que as letras e as artes mostrem florescia. É certo que os seus cultores se esforçam para que ellas acompanhem o reino no seu auspicioso desenvolvimento; porém ninguém ou-sará dizer, que taes esforços obtêm o galardão, que entre os povos civilizados, nos tempos antigos e modernos, é a devida recompensa do trabalho, e o estímulo para novas fadigas.

Não tratámos agora de averiguar as causas, que produzem semelhante excepção. Apontámos simplesmente o facto, porque nos é mister para subseqüentes observações.

A Associação dos Architectos Civis Portuguezes nasceu d'aquelle nobre esforço. Elevar a architectura portu-

gueza a maior altura, procurando collocar-a a par da das nações, que nos levam dianteira nos progressos humanitarios; fazer considerados no paiz, e fóra d'elle, os que professam entre nós esse ramo da arte; promover o amor da classe entre os artistas, por meio da sua reunião em um gremio, destinado a honral-a e exaltal-a; crear estimulos para o aperfeiçoamento individual, ora facilitando-lhe a exposição dos conhecimentos adquiridos no estudo da arte, quer theoricos, quer praticos, orando nas sessões da associação, ou escrevendo no seu jornal, ou expondo trabalhos artisticos originaes nas suas salas, ora estabelecendo relações com identicas sociedades dos paizes mais adiantados da Europa e da America, a fim de que d'ahi lhes viesse não sómente honra, mas tambem proveito pela troca dos jornaes; fundar um museu archeologico, onde se vão reunindo objectos d'arte dispersos por todo o reino, specimens de diversos estylos architectonicos, reliquias de monumentos, que a mão do tempo e a barbaridade dos homens têm feito ruinas, ameaçando proscrevel os da face da terra; um museu deslinado, não só a salvar da destruição completa esses restos dos padrões das differentes epochas da historia patria, mas tambem a servir como de livro para o estudo da historia das artes em Portugal; crear, finalmente, um jornal para se tornar campo aberto ás discussões artisticas e archeologicas, repositorio de estampas de monumentos nacionaes, archivo dos trabalhos da associação; e chronica da sua vida e serviços publicos, tudo isto constitue, sem duvida, um bello pensamento, e um generoso esforço a prol da arte, e para credito e utilidade do paiz.

Conceberam este pensamento os fundadores da associação, e trataram com incansavel zelo de o executar em todo o desenvolvimento de que é susceptivel. Foi instituida a associação, organisou-se, começou a funcionar e a fructificar de uma maneira auspiciosa. Deu-se principio ao museu, e foram chegando de diversas terras do reino, uns após outros, muitos e apreciaveis objectos d'arte antiga e moderna, inscrições, medalhas, etc. Fundou-se um grande e magnifico jornal, que fez conhecida vantajosamente a associação nos paizes estrangeiros. Mas, com que difficuldades esta luctou para conseguir tudo isto! Entre nós qualquer empresa, ninguem o ignora, encontra sempre obstaculos, muitas vezes gigantescos, nunca sendo dos menores o desalento de uns e a frieza de outros. Foi mister, portanto, arcar com muitas e grandes difficuldades, e no meio da lucta acabou o jornal, tendo-se publicado, apenas, dez numeros com quinze estampas.

Mas, emfim, a perseverança, acompanhada de diligencia conseguem, quasi sempre, mais tarde ou mais cedo, triumphar das difficuldades, por maiores que sejam. Assim entrou, pois, esta associação em um periodo, se ainda não de florescencia, pelo menos de bem fundadas esperanças de poder em breve desempenhar-se cabalmente da missão ardua mais honrosa, que a si tomou.

Tem visto esta associação augmentar-se o numero de seus socios n'estes ultimos annos, recebendo no seu gremio muitas pessoas que a honram tanto pela sua posição social, como pelos dotes da intelligencia e cultura do espirito.

Tem recebido continuados testemunhos de consideração e apreço de differentes associações scientificas e artisticas de paizes estrangeiros, mostrando-se desejosas de estreitar relações com a associação portugueza. Das associações de Hespanha, França, Italia, Inglaterra, Hollanda, e Estados Unidos da America têm-lhe sido offertadas muitas obras de reconhecida importancia.

Procurando fazer-se conhecida, e tambem dar a conhecer alguns objectos d'arte primorosos, que possui, e bem assim trabalhos dos seus socios, concorreu ás exposições internacional do Porto, em 1865, e universal de Paris, em 1867, obtendo n'esses certames da industria, pelos objectos que expoz, uma medalha de prata na primeira d'aquellas exposições, e uma de bronze na segunda.

O seu museu d'artes e d'archeologia tem sido consideravelmente augmentado pela aquisição de muitos objectos d'arte e d'antiguidades, alguns raros e valiosos, já offerecidos á associação, já descobertos por suas diligencias.

Os seus esforços para corresponder aos fins da sua instituição têm-lhe merecido a protecção de Suas Magestades El-Rei o Senhor D. Luiz I, e Seu Augusto Pae.

Dignou-se El-Rei o Senhor D. Fernando offerecer-lhe uma formosa collecção de photographias, representando os principaes objectos d'arte portugueza, que se guardam nas suas riquissimas galerias d'arte antiga e moderna.

Sendo a archeologia uma sciencia que abrange todos os progressos da humanidade nos seculos passados, desde os tempos pre-historicos, ou idade da pedra, e por essa razão tão intimamente ligada com a architectura, que, por ser a expressão das idéas e das necessidades dos povos, em todas as eras e em todas as regiões, é genuina representante d'aquelles mesmos progressos, entendeu esta associação, que devia alargar o campo dos seus estudos e investigações, occupando-se tambem da archeologia, sobretudo da portugueza, tão descurada e desfavore-

cida, apesar dos exemplos que nos estão dando quasi todas as nações da Europa, onde os governos e os sabios procuram, com o maior desvelo e fervor, dilatar-lhe os horisontes, e devassar-lhe os mysterios.

Em virtude, pois, d'esta resolução, foi requerida aos poderes publicos a necessaria auctorisação para se reformarem n'aquelle sentido os estatutos. Defferindo a supplica, houve por bem El-Rei o Senhor D. Luiz I conceder a esta associação o titulo de *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*.

Em desempenho do seu novo titulo, e para mais cabal execução d'aquelle pensamento, resolveu crear um jornal intitulado *Boletim Architectonico e de Archeologia*, que enceta a sua publicação com este primeiro numero.

Destinado a dar conta de todos os actos e trabalhos da associação, e tudo o mais que lhe diga respeito, tratará tambem dos variados assumptos relativos ás artes e á archeologia; e será adornado de photographias, dezenhos gravados em pedra e abertos em madeira que representarão os principaes objectos d'arte e d'antiguidades, que se acham no museu archeologico d'esta associação, e outros objectos do mesmo genero, e do nosso paiz, que forem dignos de serem copiados e estudados.

Posto que este jornal deva ser considerado como uma segunda serie do que a mesma associação publicou outr'ora com o titulo de *Archivo de Architectura Civil*, impresso em folha grande, julgou-se ser mais conveniente, para commodidade dos leitores, para mais facilidade na expedição do jornal para os socios e subscriptores, e melhor accommodação nas livrarias, reduzir a fórma d'este a 4.º francez.

I. de Vilhena Barbosa.

SYNOPSIS

DOS PRINCIPAES TRABALHOS DA REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARCHITECTOS CIVIS E ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES EFFECTUADOS N'ESTE ULTIMO TRIENNIO.

Na sessão da assembléa geral de 26 de janeiro foi apresentado o primeiro trabalho sobre a monographia dos monumentos de Portugal, pelo socio o sr. Conselheiro João Maria Feijó, lendo uma muito interessante memoria ácerca do edificio religioso da antiga abbadia de Alcobaça; na conformidade do convite feito pela associação aos seus socios.

O sr. thesoureiro Feliciano de Sousa Correia apresentou o relatorio e contas do anno anterior, que depois de examinadas foram approvadas, assim como dos louvores ao mesmo socio.

Tomou posse novamente da presidencia o socio fundador o sr. architecto Joaquim Possidonio Narcizo da Silva, e agradeceu á assembléa a honra com que o investiu.

Em 23 de fevereiro ficou aprovado que tivesse lugar na associação uma exposição publica, durante trinta dias, dos diversos projectos e dezenhos de architectura de nacionaes e de estrangeiros, pertencentes ás estampas das obras modernas que houvesse na sua bibliotheca, ou de trabalhos de seus socios.

Foram approvadas as propostas para socios effectivos e correspondentes nacionaes, bem como para correspondentes estrangeiros.

Na assembléa geral de 13 de julho se deliberou formar-se um Album com os retratos em photographia dos nossos socios amadores, sendo assignados com o proprio punho do respectivo socio. N'esta mesma sessão se participou a offerta do sr. Ministro de Hespanha, D. Fernandes de los Rios, de livros d'architectura, e varios especimens de bellos azulejos, que o seu governo remettia para o museu do Carmo. Votaram-se os agradecimentos.

N'esta sessão tambem se approvou ser collocado um quadro na sala das reuniões da assembléa, contendo os nomes dos antigos architectos nacionaes, dos quaes não fôra possivel alcançar-se os seus retratos.

Foi lido na sessão de 11 de setembro um officio do sr. Ministro das Obras Publicas, em que mandava consultar a associação a respeito do merecimento artistico, e do que seria preciso fazer-se para a conservação da antiga igreja de Santa Maria do Castello de Abrantes; para o que foi nomeada uma commissão de tres membros. Egalemente outro do mesmo Ministerio participando-lhe que se havia auctorisado fazerem-se reparos nos terraços das capellas do edificio antigo do Carmo. Nomeou-se uma commissão para ir agradecer ao referido Ministro.

Leu-se um outro officio da Congregação de N. S. da Caridade de Vianna do Castello, para que a associação elegesse dois socios architectos para fazerem parte do jury que deveria julgar os projectos para o Asylo dos Cegos; foram eleitos os socios os srs. Conselheiro J. M. Feijó e Paulo J. F. da Costa.

Uma nova collecção de objectos d'archeologia da ida-

de da pedra e de antiguidades romanas foi offerecida pelo Governo de Hespanha, por intervenção do sr. Ministro D. Fernandes de los Rios. Volaram-se os agradecimentos.

N'esta mesma sessão participou o sr. presidente Joaquim Possidonio Narcizo da Silva que tinha de se ausentar do reino, entregando a direcção dos trabalhos da associação ao sr. vice-presidente, pois ia tomar parte nos trabalhos do Congresso d'Anthropologia e Archeologia em Bolonha.

Na assembléa geral de 2 de novembro foram approvados novos socios, effectivos e correspondentes.

Na mesma sessão se procedeu á eleição dos membros da mesa para o anno seguinte, e saíram reeleitos: para presidente o sr. architecto Joaquim Possidonio Narcizo da Silva; para vice-presidente o sr. Conselheiro J. M. Feijó; para secretarios os srs. Paulo José Ferreira da Costa, e Emiliano Augusto Bettencourt; para thesoureiro, o sr. Feliciano de Sousa Correia.

Em 11 de Janeiro de 1872 tomaram posse dos seus logares os membros da mesa; havendo agradecido o sr. presidente á Assembléa ter sido encarregado de continuar na honra de presidir aos seus trabalhos.

Participou-se estar já no museu o sarcophago de Alcobaça e a columna do pelourinho de Torquel.

Teve logar a sessão solemne em 22 de janeiro para a inauguração dos retratos dos socios fallecidos, o do architecto o sr. Verissimo José da Costa, e o do socio amador o sr. Conde de Lavradio; sendo o elogio historico do nosso finado confrade redigido pelo socio o sr. José da Costa Sequeira. Não se leu aquelle que dizia respeito ao sr. Conde, porque o socio encarregado d'esse elogio, o sr. A. A. Teixeira de Vasconcellos, tinha adoecido. Assistiram a esta reunião as familias dos dois socios finados, e muitas outras pessoas convidadas, de diversas cathogorias.

Na sessão de 8 de fevereiro approvou-se remetter ao Governo a devida participação de ter sido entaipada, com pedra e cal, a porta travessa do edificio nacional da antiga igreja do Carmo, por pessoa estranha á associação; a qual porta dava serventia para o logradouro pertencente ao mesmo edificio.

Aceitou-se do sr. architecto Silva que fizesse outras prelecções tendo relação com os trabalhos effectuados no Congresso de Bolonha, sobre Anthropologia e Archeologia pre-historica, admittindo-se ouvintes, além dos socios; como se havia praticado em identicas occasiões.

Recebeu a associação a honrosissima visita de S. M. Imperial o Senhor D. Pedro II, no dia 8 de março. Sua Magestade em tudo benigno, dignou-se não só ver o mu-

seu archeologico, mas informou-se detidamente das particularidades de muitos dos objectos que estão n'elle depositados.

Na sessão de 3 de junho se distribuiram os brindes aos dez ouvintes que foram mais assíduos ás prelecções, conforme o parecer dado pelo conselho á assembléa geral.

Participou-se que por alguns motivos se tem demorado o pôr os nomes dos respectivos architectos nos edificios antigos, em que isso se executasse sem receio algum de erro ou injustiça.

Deliberou a assembléa geral em 6 de junho solicitar do Governo que o titulo d'esta associação passasse a ser — REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARCHITECTOS CIVIS E ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES; — o que Sua Magestade houve por bem conceder-lhe por Alvará de 14 de novembro de 1872.

Na sessão de 12 de agosto participou o sr. presidente J. P. N. da Silva ter de sair para fóra do reino, para ir assistir aos trabalhos do Congresso d'Archeologia em Bruxellas, e de outro para o adiantamento das sciencias, que se reuniria depois em Bordéos; ficando o sr. vice-presidente com a direcção da associação.

Na assembléa geral de 2 de novembro, presidida pelo sr. vice-presidente, se fizeram as eleições para os cargos da mesa para o anno seguinte, ficando reeleitos todos os membros que já serviam estes logares.

Foram approvados novos socios effectivos, correspondentes nacionaes e estrangeiros.

Em 11 de janeiro de 1873 installou-se a mesa. O sr. Thesoureiro apresentou o relatorio e contas, receita 335\$794 réis, e sendo a despeza 77\$392 réis. Nomeou-se a commissão revisora de contas.

Na sessão de 22 de fevereiro foi apresentado um projecto para se formar uma Associação Philanthropica de Artes Liberaes; foi remettido ao Conselho para dar o seu parecer.

Na assembléa geral de 23 de maio apresentou-se a proposta para haver uma commissão d'Archeologia na cidade de Braga; mandou-se ouvir o conselho.

Foi approvada a entrega da exposição feita aos vereadores da Camara Municipal de Lisboa, ácerca do terreno usurpado pertencente á serventia da porta travessa da antiga igreja do Carmo.

O conselho approvou que estivessem expostos na associação os notaveis dezenhos que definem o estado actual do *Hôtel de Ville de Paris*, e que servem de ponto de partida ao concurso dos novos projectos para a sua reconstrucção; os quaes foram remettidos ao socio o sr. J. P. N. da Silva quando ultimamente passou por aquella capital, para lhe servirem para o indicado fim.

Foi apresentado na sessão de 6 de junho á assembléa

geral um primoroso dezenho da notavel pedra *Formosa de Briteiros*, tendo sido remettido pelo nosso zeloso socio correspondente o sr. Cesario Augusto Pinto; desejando que a real associação lhe dêsse a explicação do que ella representa. Nomeou-se uma commissão para esse fim, sendo eleitos os socios os srs. Abbade Castro, Conselheiro Assis, e Rambois.

Leu-se n'esta mesma sessão o parecer da commissão revisora de contas, dando-as a assembléa por approvadas, e um voto de louvor ao digno thesoureiro e socio o sr. Feliciano de Sousa Correia.

Pedindo o respeitavel socio o sr. Marquez de Sá da Bandeira, presidente do jury do concurso para o Asylo de Cegos e Entrevados, se prestasse uma das capellas da associação para se exporem os projectos do referido concurso, foi-lhe concedido da melhor vontade. Foram approvados novos socios.

Na sessão de 19 de setembro se determinou se fizessem as assignaturas de diversas publicações artisticas e archeologicas de França, de Inglaterra e de Hespanha.

Em 7 de novembro participou-se á assembléa geral o sentido passamento do socio fundador o sr. José da Costa Sequeira; lançou-se na acta voto de sentimento.

Foi apresentado o convite do Secretario da Commisão Nacional da Secção de Bellas Artes, para que os socios da associação tomassem parte na Exposição Universal de Vienna d'Austria.

Procedeu-se ás eleições para o anno seguinte, ficando reeleitos os mesmos membros do actual em exercicio.

Na assembléa geral de 4 de dezembro se deliberou pedir ao Governo mandasse abrir concurso para os projectos do Palacio de Justiça e da Penitenciaria.

Ficou aceito o convite da Associação promotora da Architectura em Hollanda para o concurso d'um projecto d'uma Praça de Commercio, fazendo-se tambem o annuncio nos jornaes da capital para os outros artistas.

Em 16 de março de 1874 teve logar a sessão solemne da associação, que por motivos ponderosos não se pôde realizar em 22 de janeiro.

Inaugurou-se o retrato do falecido collega o sr. José da Costa Sequeira, e foi lido o seu *Elogio Historico* pelo sr. presidente que se havia encarregado d'este trabalho.

Assistiram a este acto os parentes do socio finado, e muitas outras pessoas que para esta sessão tinham sido convidadas.

O sr. presidente J. P. N. da Silva em um discurso relatou os progressos que tem alcançado a nossa real associação, e o augmento dos objectos archeologicos do museu.

Leu o socio secretario o sr. Valentim José Cor-

reia, o relatorio circunstanciado de todos os trabalhos do anno findo.

A ARCHEOLOGIA

A importancia e extensão da archeologia affirmam-se pela dependencia mais ou menos directa em que d'ella estão a litteratura, as artes e grande numero de sciencias.

Como a historia, esta sciencia occupa-se do passado; mas d'um passado sem limites na chronologia ou na tradição. Explora e descobre, examina e estuda os productos do trabalho humano de outras eras, e arranca-lhes todas as revelações possiveis; investiga a tradição, a mythologia, e os symbolos representativos da idéa e da palavra; interroga, compara e critica todas as suas significações, e assim enriquecida com os resultados dos seus estudos illumina e amplia a historia das artes, das sciencias e da civilização dos povos até ao termo em que emmudecem os documentos escriptos, e a tradição cessa. Mais além transporta-nos por novos caminhos a mais remotas eras, já fóra do alcance de todos os calculos chronologicos, e apresenta á contemplação do nosso espirito o quadro das manifestações que deixaram sobre a terra o infinito numero de gerações humanas que surgiram e desapareceram no immenso lapso de tempo decorrido entre a idade do bronze e o periodo que em geologia se denomina *terciario medio*.

Existe portanto uma raia que reparte esta sciencia em duas secções distinctas: a archeologia propriamente dita, e a archeologia prehistorica. A primeira d'ellas comprehende a paleographia, a epigraphia, a philologia, e o exame de todos os assumptos dos tempos historicos e que respeitam ás bellas artes, á numismatica, e a todos os mais objectos archaicos procedentes da arte humana, como documentos escriptos, utensilios, vasos, adornos, armas, instrumentos de guerra, etc. A segunda abrange todos os productos do trabalho humano; pelas suas fórmulas, destinos, substancias de que são fabricados, condições de jazimento no sólo, e mais circumstancias que os acompanham, se reconhece que não pertencem aos tempos historicos, taes são: certos tumulos, as crastas, os dolmens, e outros monumentos analogos; os vasos, armas, symbolos, utensilios e adornos, fabricados de pedra, de substancias animaes e de barro. Todavia os limites d'estas duas divisões da archeologia não são, nem podem ser invariaveis; porque, assim como a archeologia prehistorica avança com as suas descobertas na noite dos tempos, assim tambem a

archeologia do periodo historico se dilata por eras que outr'ora não lhe pertenciam, isto é, a historia compellida pela archeologia transpõe as suas antigas barreiras e conquista dominios que lhe estavam defesos, como aconteceu com a historia do Egypto.

E de facto os documentos escriptos, as legendas, os productos da arte humana, os symbolos esculpidos nos monumentos architectonicos, recolhidos no presente seculo das explorações de Thebas, de Memphis e dos tumulos dos Pharaós, devidamente interpretados, e comparados com os dados chronologicos que os sabios da antiguidade nos legaram, tudo tem concorrido para levantar o espesso véo que occultava a verdadeira antiguidade do povo egypcio, recuando a sua chronologia para além de 20:000 annos antes de J. C.

Ainda mais, as explorações archeologicas recentemente executadas no sólo banhado pelas aguas do Tigre e do Euphrates, vieram provar que aquelle povo existia de ha muito, quando a civilisação se acercou d'aquellas regiões, e surgiram Ninive e Babylonia.

Todos sabem que o estudo das antiguidades não é uma preocupação do actual progresso ou da moderna civilisação; bem ao contrario, em todos os tempos o estudo dos differentes ramos da archeologia prendeu sempre mais ou menos a attenção dos homens dados á cultura das sciencias e das letras. Assim está averiguado que os padres do Egypto tinham colleccionado grande copia de dados archeologicos sobre os quaes outro padre egypcio, Manethon, no reinado de Ptolomeu Philadelphio e por ordem d'este, coordenou e redigiu em tres volumes o resumo dos fastos do Egypto. (*) Sabe-se tambem que Diniz de Halicarnaso estudou as antiguidades da primitiva Italia, e com os materiaes colligidos nas suas investigações e auxiliado pela tradição coordenou e publicou, alguns annos antes de J. C., as suas *Antiguidades da Italia*.

Reportando-nos, porém, a um periodo muito mais recente, 15 a 16 seculos depois dos trabalhos de Diniz de Halicarnaso, vemos começarem de novo na Italia as explorações archeologicas, e n'ellas tomarem parte Miguel Angelo, Vignola, Palladio, e outros muitos artistas e sabios de alto renome. Os resultados d'estas investigações para a descoberta de grandes monumentos e outras obras d'arte da antiga Roma foram tão transcendentales para as artes e letras que deram logar a essa grande revolução denominada a *renascença*, em virtude da qual a architectura ogival e bysantina cederam o logar á architectura latina. Os trabalhos não têm cessado até hoje, e no seculo passado foram coroados com a descoberta na Cam-

pania das cidades romanas Stabiæ Herculanea e Pompeia, que ha cerca de 18 seculos tinham totalmente desaparecido sob o espesso deposito de cinzas que o Vesuvio lançou nas suas erupções do anno 79 da nossa era.

Todavia foi do seculo 16 a esta parte que o estudo da archeologia se desenvolveu com fervor em toda a Europa, como uma repercussão dos trabalhos e investigações tão auspiciosamente encetados e desenvolvidos em quasi toda a Italia. Organisaram-se então numerosas associações academicas em quasi todas as grandes cidades da Europa, sendo a primeira d'ellas a Academia dos antiquarios de Londres, instituida pela rainha Izabel de Inglaterra; e crearam-se museus de archeologia de um grande valor, já a expensas dos estados, já das corporações ou dos particulares, de modo que não ha hoje capital de nação alguma da Europa que não possua ao menos um d'estes museus; possuindo-os igualmente as capitães de muitas das divisões dos estados, e não sendo raro encontrar em modestas povoações da Italia, da França, da Allemanha, da Inglaterra e da Scandinavia, museus archeologicos de grande interesse scientifico, e que encerram, ao menos, a collecção de dados relativos ás antiguidades da provincia ou da região.

Os governos e as corporações, porém, não se contentaram em fazer explorar as riquezas archeologicas do solo patrio; as suas vistas têm ido e vão muito mais longe. Organisaram e enviaram, como ainda hoje organisam e enviam, expedições scientificas a differentes paizes extranhos, desde as regiões banhadas pelo Mediterraneo, mar Negro e Golpho Persico, até o interior da Asia e da America, para ahi procederem a trabalhos de pesquisa, estudarem e recolherem todos os dados e documentos que possam contribuir para alargar a esphera dos conhecimentos humanos, ou que possam interessar á civilisação.

É assim, procurando aproveitar os productos da intelligencia, da experiencia e do trabalho das gerações que passaram, e que a historia nos não revelára, que as sciencias, as artes e a litteratura têm obtido poderosissimo auxilio para o seu desenvolvimento.

As applicações que hoje se fazem do calor, da electricidade, da luz, da mechanica na esphera da actividade humana, são o fructo de profundos estudos e de milhares de experiencias accumuladas desde seculos.

Sem fallarmos nos valiosos subsidios com que a archeologia tem enriquecido as sciencias moraes e a litteratura, outros de não somenos importancia tem ella fornecido ás sciencias e ás artes. Em verdade que serviços não prestaram á astronomia e chronologia os trabalhos scientificos executados n'este campo pelos egypcios e

(*) *Antiguidade das raças humanas* por G. Rodier.

chaldeos, e que só as descobertas archeologicas nos vieram revelar? Não offerecerão os exemplares archeologicos relativos á historia natural preciosos esclarecimentos sobre a fixidade ou variabilidade dos caracteres especificos de muitos animaes e vegetaes em outras regiões do globo, e concorrerão para illuminar a transcendente questão, hoje tão debatida, da transformação das especies?

Não offerecerão os mesmos exemplares proveitosas luzes sobre a emigração ou a presença de certas raças de homens, e mesmo sobre as relações commerciaes e industriaes dos povos da antiguidade? A arte da guerra e a litteratura militar são dois ramos de conhecimentos que bastante têm aproveitado com as explorações archeologicas, quer seja no tocante ás armas de guerra, quer ás fortificações e campos entrincheirados, quer ao ataque e defeza, quer no que respeita á tactica. Se na arte do engenheiro a archeologia nada nos ensinou com relação a caminhos e pontes de ferro, legou-nos todavia a antiguidade bellos exemplares relativos ao corte das pedras, ás argamassas e cimentos, ás fundações, á estabilidade das muralhas, ao equilibrio das abobadas, etc. O exame e estudo das moedas, das medalhas, e mais objectos de metal empregados no adorno, no serviço domestico, nas artes industriaes e na guerra, a analyse das escorias das fundições dos phenicios e romanos, tudo nos fornece util lição e preciosos esclarecimentos para a historia da metallurgia e da fabricação dos artefactos de ferro, bronze, prata e ouro.

As artes ceramicas tambem têm aprendido na archeologia, não só emquanto ás fórmulas dos objectos, como no que respeita ao fabrico das faianças, porcelanas e esmaltes; sendo certo que não se dão aos vasos que hoje se fabricam fórmulas mais esbeltas e elegantes, nem ornamentações de mais effeito artistico do que ostentam os vasos etruscos, gregos e mesmo egypcios; e que nas porcelanas e nos esmaltes dos vasos [egypcios ainda ha muito que admirar e aprender. A esculptura e architectura dos tempos antigos continuarão a ser modelos para os modernos. Emfim á politica tambem chegou a sua vez de se aproveitar dos estudos archeologicos, pois que se pretende a emancipação do ducado de Schleswig com o fundamento de que a archeologia e a linguistica do povo provam até á evidencia que a sua origem é pura e simplesmente scandinava, e nada tem de allemã.

Se a archeologia tem tão alta significação e importancia e é cultivada com tanto afan nos differentes paizes da Europa e da America civilisada, era de esperar que o fosse igualmente em Portugal, onde tantos esforços se fazem para acompanhar as nações mais adiantadas em civilisação; mas infelizmente não acontece assim. Quem

pretender aquilatar a civilisação do nosso paiz pelo numero e valor dos museus de antiguidades que possuímos, pelos estudos archeologicos que se tem feito, com pezar o dizemos, chegará á conclusão de que não estamos a este respeito muito mais adiantados do que se achavam nossos paes na idade media.

Se por um lado é certo que temos tido e possuímos homens de erudição e sciencia, muito dedicados ás cousas archeologicas da nossa patria, por outro não é menos verdade que estes assumptos não estão ainda no gosto nem no animo das pessoas que mais podiam e deviam tomar a peito auxiliar e fazer desenvolver entre nós similhante genero de estudos.

A verdade é que quando na Italia Miguel Angelo, Palladio e outros nomes illustres descobriam com as suas explorações os restos monumentaes da antiga Roma, e d'elles surgia a renascença com todo o seu esplendor, e o nosso sabio e erudito portuguez André de Resende publicava a historia das antiguidades d'Evora, D. João I e o Cardeal Rei ordenavam a demolição dos templos gentilicos do Torrão, de Villa Viçosa e de Evora, verdadeiros monumentos d'arte, para com as suas bellas columnas decorarem as igrejas que se estavam então reformando ou erigindo.

Vergonhoso contraste, pungente ironia!

Mais tarde, e ainda não ha muitas dezenas de annos, os conegos da collegiada de Guimarães, os conegos regentes de Santo Agostinho, de Santa Cruz de Coimbra, e a exemplo d'estes outros muitos, deturpavam o interior dos magestosos templos que lhes estavam confiados, pintando de azul e ouro, e revestindo de azulejos as abobadas das naves, as suas laçarias e paredes.

Hoje, é verdade, já não se pintam nem caiam as abobadas, as paredes de cantaria, os relevos e ornatos dos nossos principaes templos; mas tambem é infelizmente verdade que, exceptuando os mosteiros de Santa Maria de Belem e o da Batalha, vemos a conservação e restauração dos monumentos historicos e artisticos da nossa terra, como a Sé Velha de Coimbra, o templo de Santa Cruz da mesma cidade, o mosteiro de Alcobaça, o convento de Christo em Thomar, e tantos outros, entregues aos *cuidados do tempo e do camartello!*

Em todos os paizes onde ha verdadeira affeição ás artes, respeito pela tradição, e amor pelas recordações historicas, existem commissões officiaes que têm a seu cargo, não só vigiar pela conservação e restauração dos edificios antigos, que mais podem interessar á civilisação de cada povo, ou perpetuar as glorias patrias, mas tambem descrevel-os: em Portugal, onde não são raros os monumentos historicos e artisticos legados por nossos maiores, não ha uma providencia que os preserve das

deturpações e da destruição, e por isso se vão aniquilando, não restando de muitos d'elles senão restos mutilados pela barbarie, ou algumas paredes derroçadas.

Corre parelhas com este desamor e abandono a falta absoluta de museus archeologicos nas principaes terras do reino: e para deshonra nossa nem a capital possui um só queseja de antiguidades nacionaes, quando, sem fallar mesmo na Hespanha, tem os o Cairo e Constantinopla sob os auspicios dos governos do Egypto e da Turquia.

O começo de um modestissimo museu archeologico estabelecido entre as paredes arruinadas do convento gothico do Carmo em Lisboa, onde tambem se acha installada a nossa Sociedade dos Architectos portuguezes, é o unico specimen d'este genero que Portugal possui, e ainda assim propriedade da mesma Sociedade e creado pelos cuidados dos seus membros.

O Atheneu da cidade do Porto e o Museu municipal estabelecido na mesma cidade, embora encerrem curiosidades de subido valor, não são nem podem considerar-se verdadeiros museus archeologicos.

Nos outros ramos de archeologia não estamos em geral muito mais adiantados. Se exceptuarmos o estudo da paleographia e da diplomatica, e, se se quizer, as colleções da Torre do Tombo e o archivo dos Proprios Nacionaes, onde estão archivados copiosos documentos de grande merecimento litterario, e de grande valor para a historia politica e administrativa do nosso paiz, e umas quantas colleções de medalhas e moedas que ha em Lisboa, a mais rica das quaes é propriedade de Sua Magestade o Senhor D. Luiz, póde dizer-se que não possuímos nenhuns outros estudos, nem um estabelecimento de antiguidades que mereça esse nome.

Por muitas razões, e a principal d'ellas pela nenhuma afeição que a grande maioria dos nossos homens de letras e de sciencia têm pela cultura d'este genero de estudos, não esperámos que Portugal mande fazer trabalhos de investigação fóra do solo patrio, como mandaram o Piemonte, a Dinamarca, a Hollanda e a Suissa; e ainda menos que, á semilhança da França, da Inglaterra, ou da Italia, se enviem expedições a fazer excavações e estudos archeologicos em regiões longinquoas; mas ao menos o que desejavamos é que a nossa incuria nos não levasse ao ponto de não nos interessarmos sequer pela exhumação da cidade de Cetobriga sepultada nos areaes de Troia defronte de Setubal, e que tenhamos o mau gosto de deixar que uma empreza estrangeira adquira aquelles areaes e vá ali fazer as explorações que entender, com o fim de recolher e transportar para fóra de Portugal as riquezas artisticas que as mais fundadas presumpções attestam ali existir, e de que são já conhecidos preciosos

exemplares, que param em mãos de alguns amadores de antiguidades, objectos que deviam ser explorados, colleccionados e estudados por nacionaes, e archivados em estabelecimentos scientificos portuguezes.

Se as explorações archeologicas de Troia ao sul de Setubal, tão promettedoras como são, não têm inspirado a quem devia e podia ter iniciativa n'ellas o interesse que merecem, como poderemos esperar a execução de outros muitos trabalhos, já no litoral do Algarve, já em Evora, Villa Viçosa, Alcacer do Sal, Valle da Escusa (entre Castello de Vide e Marvão), em Condeixa, Braga, Chaves e outras muitas localidades, onde estanciou por seculos a civilização da antiga Roma, e em partes a arabe? Ousaremos pedir que se crie e dote um estabelecimento que tenha a seu cargo a conservação dos monumentos historicos e artisticos de Portugal, as explorações archeologicas do solo patrio e a organização de um museu do estado, onde se recolham, colleccionem e descrevam todos os objectos de archeologia, que for possivel obter pelas explorações, por donativos, por compra, ou mesmo por emprestimo?

Causa-nos doloroso constrangimento termos de satisfazer a perguntas que com referencia a este assumpto nos são feitas por sabios estrangeiros que visitam o nosso paiz. A nossa vergonha, se não é maior, iguala ao menos o espanto de que ficam tomados esses illustrados visitantes quando lhes respondemos que « não temos estabelecimento algum publico d'esta natureza, nem se tem feito nem fazem em Portugal trabalhos seguidos e de alguma importancia scientifica nos diversos campos da archeologia »!

A criação portanto em Lisboa de uma instituição semelhante, e devidamente subsidiada, satisfaria a uma grande necessidade, e alliviar-nos hia de um descredito, que tanto nos rebaixa e envergonha no conceito das nações illustradas.

C. R.

O SARCOPHAGO ROMANO DESCOBERTO NA EXTREMADURA

Em Portugal ainda que se tenham descoberto muitas sepulturas romanas, e urnas cinerarias correspondentes á epocha gentilica, em que os enterramentos se faziam por diversos modos, todavia o que é muito raro é encontrarem-se sarcophagos do tempo do dominio romano na peninsula, e por este motivo o sarcophago que está depositado no museu do Carmo é considerado pelos homens da sciencia, tanto nacionaes como estranhos, co-

BOLETIM

Da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos
Portuguezes



H. Nunes Phot.

Plata 1^a

mo uma das principaes preciosidades d'archeologia que possuiue Portugal; portanto para tornar mais conhecida esta curiosa antigualha, damos uma bella photographia (*) com este primeiro numero da nova serie da publicação architectonica e archeologica da Real Associação dos Architectos civis e Archeologos portuguezes, em continuação do seu antigo jornal, offerecendo aos socios uma fiel reproducção de tão raro objecto, que tem sido admirado pelos amantes das antiguidades e avaliado no devido apreço que merece esta descoberta romana, encontrada no solo portuguez.

Diz o distinctissimo archeologo hespanhol o sr. D. José Amador de los Rios, no Quaderno XV do Museu Hespanhol de Antiguidades nas pag. 252 e 253 o seguinte: «Este sarcophago *unico* talvez da sua especie nas regiões occidentaes da Iberia... Não seria portanto licito, nem conforme a rasão historica, desbulhar o solo portuguez da honra artistica que poderam adquirir, em aquelles remotos tempos, os sarcophagos pagãos dos museus do Porto e Lisboa».

Escudados com a opinião a este respeito de tão douto cavalheiro, ser-nos-ha licito encarecer este achado, dando á luz a historia do seu descobrimento, assim como a descripção de suas esculturas, e tambem procurarmos descobrir a epocha correspondente em que fôra executada esta obra.

Fomos assás felizes em haver descoberto em 1868 na quinta da Gafa, em Alcobaça, este sarcophago (estampa 1.^a); estava desprezado e enterrado no estrume, a fim de ficar em altura sufficiente para que animaes suinos podessem tomar o seu sustento, que dentro d'elle se lhes dava!

Foi todavia com grande difficuldade que o podémos obter do quarto possuidor a quem então pertencia; porém se elle nos foi cedido, devemol-o aos esforços e á generosidade do sr. commendador Joaquim Silverio Raposo, e ao concurso do sr. Doutor Francisco Maria de Lima e Nunes. Ambos estes senhores são dignos socios correspondentes da nossa associação; aproveitamos pois com muito prazer esta nova occasião para lhes repetirmos os nossos sinceros agradecimentos, e mostrar-lhes que não nos esquecemos nunca dos obsequios recebidos.

O lugar em que primitivamente foi descoberto em 1790, na occasião d'um cultivador plantar uma nova vinha, chama-se o *Vallado dos Frades*, no Couto d'Alcobaça, a 5 kilometros d'esta villa.

Estava assente sobre seis pequenas columnas, e tinha gravada uma extensa inscripção sobre a pedra que

(*) Tirada pelo habil photographo da Casa Real o sr. Henrique Nunes.

o cobria. Foi depois transportado para a abbadia d'Alcobaça, pertencendo elle aos frades por ter sido descoberto nas terras que lhes haviam sido doadas por El-Rei D. Affonso Henriques, e augmentadas depois por outras concedidas pelos reis a seus successores. Ficou então collocado debaixo d'uma das arcadas do claustro, e em frente da casa do capitulo.

Este sarcophago é todo de marmore branco; até ao anno de 1834 tinha-se conservado um fragmento da pedra da inscripção que fôra quebrada em 1810; infelizmente esse fragmento perdeu-se. Por mais diligencias que fizemos não foi possivel alcançar nenhuma informação do que continha este tumulo, na occasião de ter sido descoberto.

As figuras que formam a composição da escultura em alto relevo na face principal do sarcophago, posto que algumas d'ellas tenham partidas as cabeças, todavia pelos attributos que conservam entre as mãos, se reconhece representarem o côro das nove Musas, pois se podem designar algumas pelos seus respectivos nomes; principalmente as que conservam ainda emblemas das suas attribuições, como está representada a segunda figura da esquerda do espectador, sustendo na mão a comprida flauta pastoril (*fistula pánica*); indica ser *Euterpe*, inventora do instrumento musical.

Tambem a outra figura que mostra uma mascara comica é *Thalia*, Musa da Comedia.

Aquella que tem uma lyra é *Polymnica*, por lhe pertencer este emblema.

A que sustenta na mão esquerda uma esphera é *Urania*, conforme indica este attributo.

A figura encostada a um pedestal deve representar a *Eloquencia*, tanto pela sua attitude, como pela ordem em que está collocada; e a outra figura central, pelo lugar que occupa, deve-se suppor ser Apollo.

É para notar a posição da mão direita d'esta figura central, e a maneira como tem dispostos os dedos; pois estando a dita mão fechada conserva comtudo os dois dedos, o indicador e o medio, levantados, parecendo marcar o rhythmio aos musicos, dos quaes os collocados do lado esquerdo em acção de ferir os seus instrumentos têm os rostos inclinados para a mão que está na posição indicada; e esta particularidade mais nos convence ser a referida figura a de Apollo.

As duas cabeceiras estão adornadas, cada uma d'ellas, por um genio extinguindo contra a terra o facho sobre que se apoia, não só para symbolisar o fim da existencia do finado, como igualmente fazer sentir o passamento d'um genio superior.

A significação na escolha d'estas esculturas n'este sarcophago nos induz a pensar que elle pertenceu a al-

gum protector esclarecido das letras e das bellas artes; e, não obstante ser encontrado nos limites do solo da Lusitania, pelo exame da execução d'este trabalho indica já a decadencia da arte romana: portanto é obra anterior ao IV seculo; e a representação das Musas n'este sarcophago nos demonstra ter sido destinado a guardar os despojos mortaes d'um gentílico.

Supponho opportuno fechar este artigo transcrevendo algumas eruditas considerações que o nosso distincto consocio o sr. Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos publicou no seu folhetim, em que dava noticia da monographia dos sarcophagos do Porto e Lisboa, que foi publicada pelo eminente archeologo hespanhol, e corre impresso no *Jornal da Noite* de 10 de janeiro de 1873, em que pondera o seguinte:

.....
«É possível que a divisão da Lusitania, deixando naturalmente a cargo de duas nações diversas a obrigação de procurar, conservar e estudar os monumentos d'aquella afamada provincia romana, fizesse com que nenhuma d'ellas tomasse em verdade na conta de impreterivel dever proprio esse constante cuidado. A Lusitania perdendo a autonomia deixou de ter historia. A curiosidade ácerca das suas tradições perdeu o incentivo do amor patrio, e os portuguezes que pela primeira vez foram appellidados de *lusitanos* em uma oração latina, pronunciada em Roma pelo bispo de Evora D. Garcia, não curaram das tradições romanas emquanto o renascimento das letras não promoveu na Europa esses estudos que o progresso da civilização desenvolveu e apurou largamente na nossa idade.

.....
«É pois razoavel a indicação do sr. D. José Amador de los Rios, (*habitual incuria de modernos moradores*); porém áquella origem de indifferença é necessario acrescentar outras que de idade em idade a foram robustecer mais ou menos até aos nossos dias, não sem algumas honrosas excepções de que a nação se gloria, e a que a Europa tem rendido homenagem».

Por ser o unico d'esta especie de que até hoje haja noticia no nosso paiz, pela execução de sua escultura, que nos mostra ainda um deslumbre fugitivo da bella composição d'arte romana, e posto que se ache mutilado, é comtudo um objecto muito interessante para o estudo archeologico, e é sem duvida tambem a mais importante de todas as outras antiguidades que existem no Museu d'archeologia de Lisboa; por isso será digna de ser bem aceita pelos socios da Real Associação dos Architectos e Archeologos portuguezes a estampa do presente numero da sua publicação.

J. da S.

O CASTELLO DE LEIRIA

(APONTAMENTOS E CONJECTURAS)

Pelo socio correspondente o sr. Victorino da Silva Araujo, professor do Lyceu em Leiria

..... Fui sentar-me
Na barbacan ruinosa dos castellos,
A conversar co'as pedras solitarias,
E a perguntar ás obras da mão do homem
Pelo homem que as ergueu
(Garrett—Cam., cant. 7.º)

Se é exacto o que diz Brandão na 3.ª parte da Mon. Lusitana, e verdadeiros os documentos em que se funda, não fallando agora n'outros escriptores mais modernos e de conta, o Castello da cidade de Leiria foi originariamente levantado pelo Senhor D. Affonso Henriques no anno de 1135; e o fim que El-Rei teve em vista foi obstar ás correrias que os mouros de Santarem faziam até Coimbra.

Ha comtudo quem pretenda, que já antes o possuiam os mouros, e que aestes o tomára o nosso Principe á força d'armas. Assim Faria e Sousa, na parte 3.ª, cap. 12 da sua *Europa Portuguesa*, faz menção d'um mouro por nome *Albarac*, que era alcaide de Leiria em tempos do Conde D. Henriques, e que veio a fazer-se christão. Do mesmo modo sentem Duarte Nunes de Leão, o Conde da Ericeira, D. Joaquim de Azevedo, e outros. Duarte Nunes dá esta conquista em 1117; o que Antonio Brandão refuta, a meu ver completamente, com a Chronica dos Godos, Doação do sr. D. Affonso Henriques, carta do mesmo ao Papa Adriano IV, e finalmente com o Foral dado pelo Principe aos moradores de Leiria.

Com effeito é a elle que as escripturas mais antigas attribuem a primitiva fundação do Castello, dizendo o fez *em terra deserta*; tendo-lhe dado comêço, segundo a Historia dos Godos, aos 10 de dezembro, no anno 7.º do seu reinado. Parece que se conta aqui o reinado do Senhor D. Affonso desde a prisão (se é verdadeira) da sua mãe em 1128.

Da palavra *deserta* se tem tirado argumento para affirmar, que antes do nosso primeiro rei não havia por aqui povoação alguma. Podia ser: mas tambem com a mesma palavra, e outras da Chronica dos Godos, é possível defender o contrario. Se tomarmos a palavra *deserta* não em toda a sua extensão, como se tem tomado, mas applicada, em sentido mais estricto, sómente ao viso, ou corôa de penhasco, que particularmente é conhecido pelo nome do *Castello*, pôde mui bem conceber-se, que só esse local fosse o deshabitado, e que as fraldas do mon-

te, até ás risonhas e fecundas ribeiras do Liz, fossem povoadas, quando menos, de pastores. E o que mais reforça a minha conjectura, são as palavras da Chronica dos Godos, que rezam assim: *Ibiprium aedificavit castellum, et collocavit ibi habitantes in eo*. Edificou pela primeira vez ahi (em Leiria) um *castello*, e n'elle (in eo) metteu a gente que ahi (ibi, isto é, n'esta terra, em Leiria: notem-se bem estes termos) *habitava*. Ora se os dois *ibi* designassem o Castello, e não as terras circumvisinhas, a que viria a outra circumstancia de logar *in eo*, que visivelmente se refere a elle? Mais: e se, forçando a traducção, quizessemos verter *collocavit habitantes* por *povoou*, para fazer entender que a gente que o Senhor D. Affonso metteu no Castello a trouxe d'outra parte, a modo de colonia, que destino haviamos de dar áquelle *ibi* que se vê entre as duas palavras latinas, e que seria absolutamente desnecessario? Alem d'isso, porque não havia de ser povoado um logar, que, como tudo induz a crer, já o havia sido pelos romanos? D'onde vieram aquellas suas inscrições funerarias, que ainda hoje se vêem á entrada do Castello (Nota A)? Não se sabe com certeza, se a velha *Colippo* era por estes sitios, ou, como querem outros antiquarios, em S. Sebastião do Freixo. Mas dado que fosse ahi, porventura é crível, que se mandassem vir de duas leguas de distancia as lapides tumulares para a construcção do Castello, sendo este limitado tão de perto, que mal excederá a um tiro de bala, por um circulo de montanhas, capazes de fornecer pedra para uma vasta capital, quanto mais para uma pequena fortaleza?

Logo as palavras citadas podem sem violencia significar — que o Senhor Rei D. Affonso Henriques, edificado o Castello, mandou recolher a elle, para o resguardar dos mouros, a população que já havia por alli, ou suas immediações.

Mas voltemos á historia. Concluida a obra, poz-lhe El-Rei por alcaide a Paio Guterres, que foi o primeiro d'este Castello; e fez doação do ecclesiastico d'elle aos conegos regulares de Santa Cruz de Coimbra; e logo S. Theotonio, que era o Prior, enviou alguns de seus religiosos a tomarem posse da igreja, á qual se deu invocação de Nossa Senhora da Penha. Os religiosos habitaram uma casa contigua á mesma igreja. Assim o contam Brandão, a Chronica dos Godos, e D. Luiz Caetano de Lima na sua Geographia Historica.

Passados cinco annos, isto é, no de 1140, andando o Senhor D. Affonso entretido pelas partes de Galliza, Ismar, rei dos Mouros, que no anno precedente se havia salvado da derrota de Ourique, achando a occasião oportuna para a desforra, ajuntou tropas de Badajoz, Evora e Santarem, e acompanhado de Auzechri, alcaide

d'esta ultima praça, caiu sobre Leiria, tomou o Castello, queimou-o, e da guarnição a gente que não matou levou-a captiva com Paio Guterres. Os religiosos, diz o Abbade de Sedavim no seu Epitome da Historia Portugueza, foram queimados dentro da igreja; e isto obrigou a S. Theotonio a armar seus caseiros, e ir, ou antes, segundo crê D. Joaquim da Incarnação nos seus aditamentos á Vida de S. Theotonio publicada em Coimbra em 1855, a mandar contra Arronches, que em desforço foi tambem tomada aos mouros.

D'ahi a alguns annos, ou no mesmo, foi o Castello recuperado, ou sómente reedificado; pois que nem quanto ao tempo, nem quanto á natureza do facto ha bastante clareza nas escripturas. Assim Brandão inclina-se a que fosse no mesmo anno de 1140, a Chronica dos Godos em 1144, e a do Senhor D. Affonso Henriques em 1145. O que parece não ter duvida, é que em 1142 já o Castello não era dos mouros, porque tanto a Doação como o Foral sobreditos são d'esta data.

E é de notar, que nem a Chronica dos Godos, nem a Doação, nem outro algum documento dos que Brandão produz, falla de recuperação armada, mas só de reedificação. Diz a Chronica: *Era de 1182* (corresponde a 1144 da era christã): *Idem rex Portugallis Dominus Alfonsus coepit reaedicare Castellum Leirenæ in eodem loco quo prius fuerat constructum decimo sexto regni sui anno*. E a Doação: — *A Serracenis destructum iterum illud reaedificavi*. — O que d'esta desharmonia me parece a mim poder apurar-se é que os mouros, conseguindo o seu intento, que era desembaraçar-se do obstaculo que o Castello offerecia ás suas incursões, o arrasaram, recolhendo-se outra vez a Santarem; e que o Senhor D. Affonso depois, ou fosse em 1140, ou em 1142, 1144, ou 1145, o tornou a fortificar sem opposição do inimigo.

(Continuad)

(NOTA A)

As lapides são umas oito ou nove, porém só duas são *integramente* legiveis; e d'uma terceira apenas algumas palavras, e essas quasi todas truncadas, com probabilidade se podem decifrar. Eil-as:

1. ^a	2. ^a	3. ^a
D M	D M	D M
ALBVRAE	M. FRONTONI	C... VETIAERVI
TITI. F.	O. FRONTONI (.)	C... EAN XV...
DVTIA	M. FRONTONIV (..)	C... V...
AVITI. F.	AVITVS PA	... VAE E...
MATER	TRI. PISSIM.	... AE...
F. C.	P. C.	... TT...
	S. T. T. L.	

(.) Aqui falta provavelmente um F (filio).

(..) E aqui um S, vindo a ficar FONTONIVS.

Além d'estas inscripções romanas ha ainda parte d'uma outra n'um pedaço de lousa que está mettido no cunhal d'uma sacristia velha na Igreja de S. Francisco; e é a seguinte:

D M
DIADVMEÑO
CARISIAE
AVITAE LIB

O lado inferior da lousa conhece-se que foi quebrado, e ainda se percebem fragmentos de letras, cujos restos estavam no outro pedaço que falta.

Fazendo-se em 1807 uma excavação em Monte Real, n'esse Monte-Real de que acima fallei, a N. O. de Leiria, achou-se um pequeno padrão ou monumento de marmore, cobrindo com um dos lados uma porção de medalhas romanas. Tinha uma inscripção, da qual apenas se podia ler o que se segue; o mais estava apagado:

... F S
FRON...
NIVSA
VITVS
AI...

Este Frontonio Avito era naturalmente o mesmo da inscripção do Castello, o pae talvez da Ducia da 1.^a inscripção, e parente de Carisia que mandou gravar a do seu liberto; denotando tudo uma poderosa familia romana que viveu por estes sitios.

V. da S. A.

ARCHEOLOGIA CHRONOLOGICA DO ESCUDO D'ARMAS DE PORTUGAL

Qual será a antiguidade e o fundamento dos brasões de armas?

É esta uma questão, a que não é facil responder com exactidão por falta de provas e documentos authenticos que justifiquem as mil e uma asserções afiançadas por varios auctores portuguezes e estrangeiros, uns mais sinceros, ou mais apaixonados, que outros, ácerca da antiguidade e preferencia dos *blasões* d'armas.

Não obstante, porém, tanta obscuridade, tanta incerteza, e talvez mesmo confusão, nas diversas opiniões sobre o assumpto, especialmente em referencia á antiguidade, é forçoso reconhecer que seria pouco razoavel persistir na mesma duvida em relação á preferencia e fundação d'um objecto, que progressivamente se tem ampliado e desenvolvido, como *monumento nobiliario*, e que tão facil e economicamente veio substituir as famosas, pesadas, e dispendiosas estatuas dos gregos e romanos.

Alguem attribuiu aos assyrios a fundação da sciencia heraldica opinão, que não será de todo questionavel se considerarmos a sciencia, com referencia a signaes ou divisas, porque essas sempre as houve.

É, porém, sempre menos respeitavel tudo que apaixonadamente se exagera, e não é para estranhar que á força de entusiasmo injusto se torne o objecto menos valioso.

Em Portugal, por exemplo, houve um escriptor que, na força do seu amor pela *armaria*, levou a antiguidade da sua fundação heraldica até ao tempo do patriarcha Israel, e, possuido d'essa idéa, não reparou que commettia um anachronismo visível, dando como divisa na bandeira d'uma tribu (a de Ruben me parece) *dezoito homens armados de ferro com lanças na mão*; e, o que é mais, descreveu tudo com todas as regras heraldicas (1).

É, portanto, fóra de duvida que nos factos e nas cousas archeologicas ha sempre grande difficuldade em chegar precisamente á verdade, e que só uma critica muito rasoavel nos póde conduzir de supposição em supposição até á probabilidade.

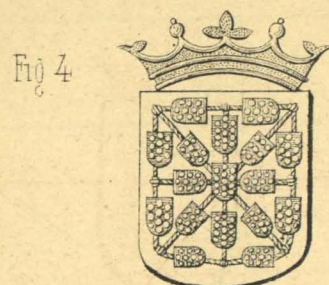
Da exageração e teima na descoberta da antiguidade do *blasão* nada tem aproveitado em beneficio do facto, se é que isso não tenha sido causa de grande confusão, e de uma tal ou qual duvida, que tem prejudicado, talvez, o apreço e consideração que tanto merece o objecto.

Não julgo comtudo que seja essencialmente necessaria uma antiguidade prehistorica para demonstrar a utilidade e respeito, que se deve tributar a um objecto, que nos indica e attesta as boas acções dos nossos antepassados.

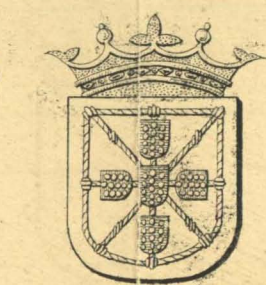
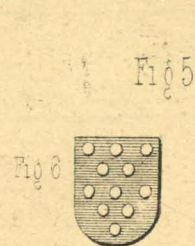
São factos que julgo não podem ser contestados *que se deve aos povos germanicos a idéa das divisas nos escudos*, como se deve á França o estabelecimento da sciencia heraldica, e que essa sciencia só mais tarde foi conhecida e apreciada pelos vencedores dos arabes, mas é tambem sem duvida que os arabes já conheciam esse modo de perpetuar as acções nobres e actos de heroismo.

O que é notavel, é que na vasta Peninsula Iberica só pelo meado do seculo XI fossem usados os escudos de armas, como se deprehende por aquelles que symbolisam as antigas nacionalidades, conhecidas pelos nomes Leoneza, Castelhana, Aragoneza e Portugueza, devendo esta ser a primeira, por isso que já então se conhecia o symbolo distinctivo da hoje cidade do Porto, e mesmo o de Coimbra.

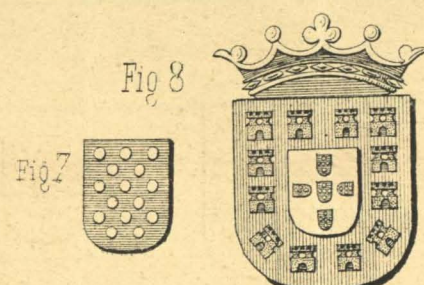
Em Portugal o estabelecimento da heraldica como sciencia data do reinado de El-Rei o Senhor D. Manuel,



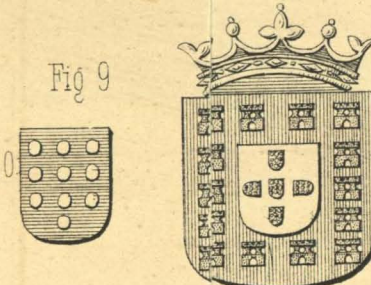
D Affonso Henriques 1º quando rei 1139



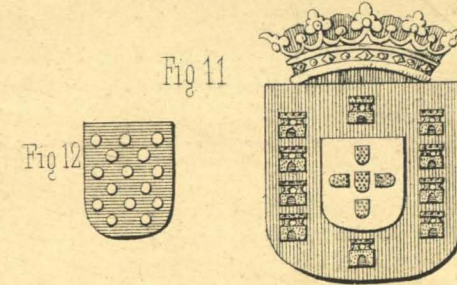
D. Sancho 1º 1185



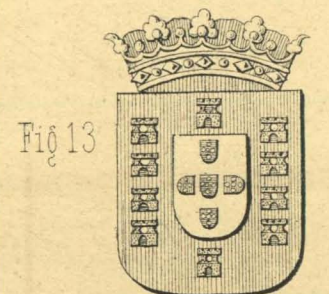
D Affonso 3º 1243



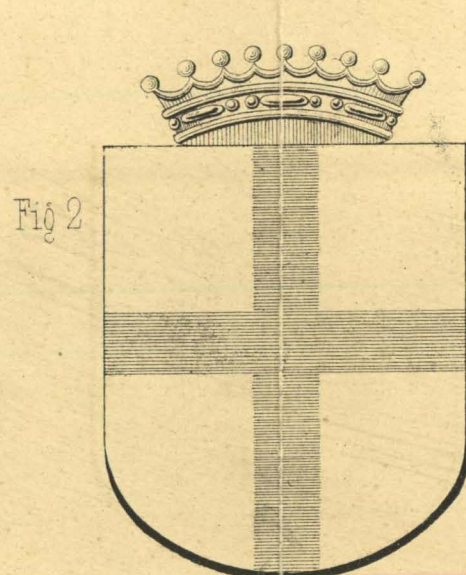
D. Dimiz 1º 1273



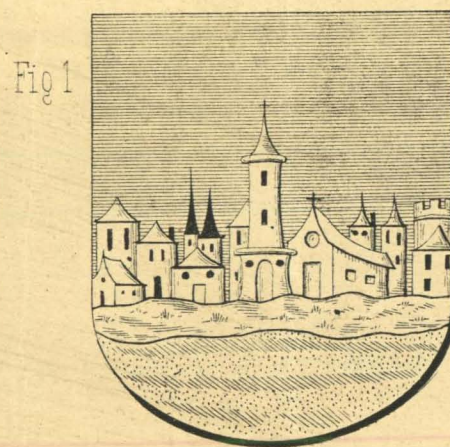
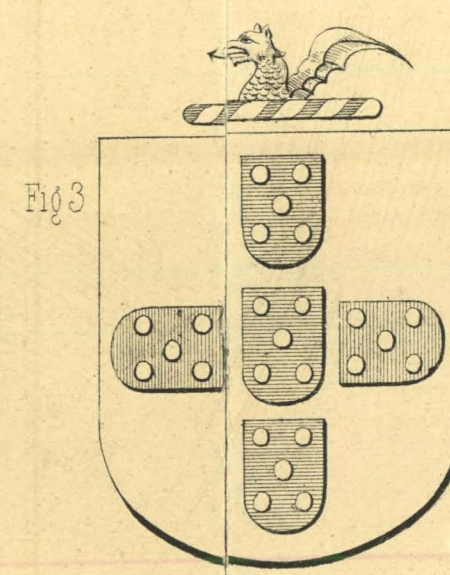
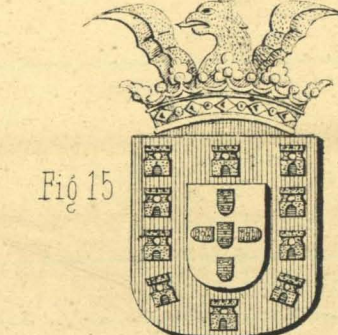
D Pedro 1º 1357



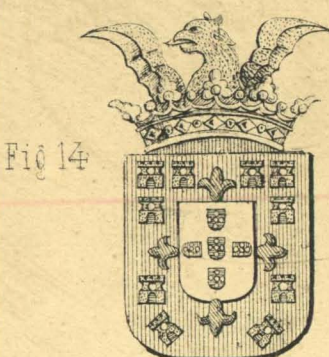
D Fernando 1º 1367



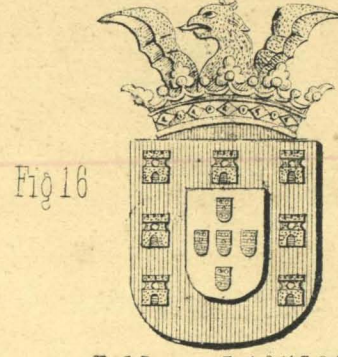
Escudo do Conde D. Henrique

Armas de Portus Calce
hoje cidade do PortoEscudo de D. Affonso Henriques
depois da batalha d'Ourique

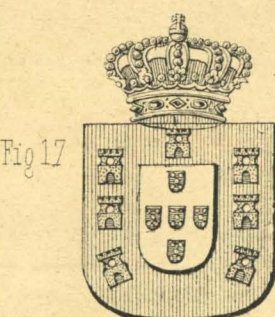
D João 2º 1481



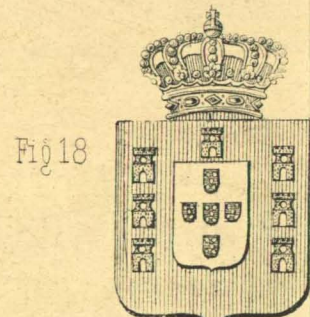
D João 1º 1385



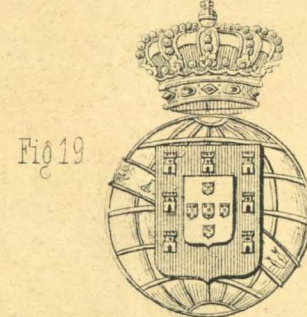
D. Manoel 1º 1495



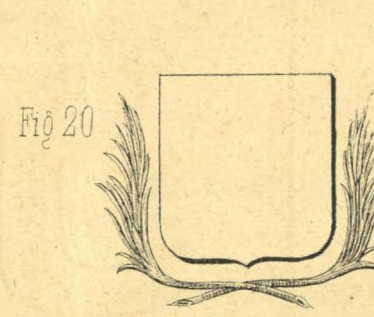
D. Sebastiao. 1578



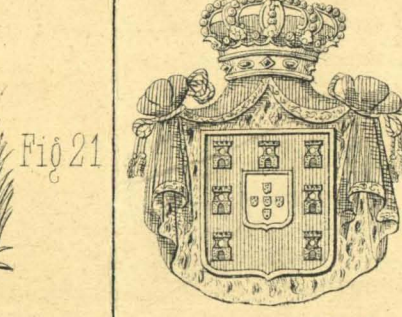
D. Henrique 1578



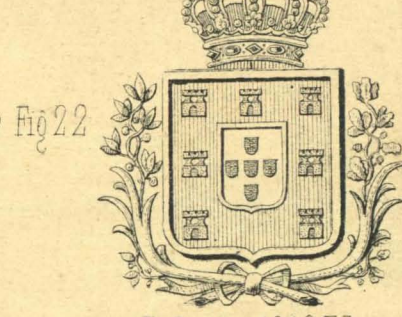
D. João 6º. 1816



D Miguel de Bragança 1828



D. Maria 2ª 1834



D. Luiz 1º 1874

não se julgue por isso que os escudos d'armas eram desconhecidos no paiz, e menos respeitadas; pelo contrario eram estimados por muitas e nobres familias que, ou puramente portuguezas, ou descendentes de Castella, muito se honravam de lhe serem concedidos ou terem herdado *Escudos d'Armas*.

O uso d'aquellas insignias de honra e familia era assás conhecido e patente nas *armaduras, nos utensilios, nos castellos, nos sinetes, nos anneis e nas sepulturas*, tanto como distincção como signal de posse.

Nos contratos e documentos era o sêllo d'armas signal de approvação e confirmação (2).

A frequencia e notoriedade de taes usos sem regras e sem lei, foi o que despertou o cuidado do Senhor Rei D. Manuel, regulando official e scientificamente aquelle objecto, e tomando como base, em referencia ao seu reino, aquelles factos, que se praticavam por imitação dos estrangeiros (3).

O escudo d'armas do paiz tambem era uma prova de não ser o objecto desconhecido, e é d'esse que vamos tratar.

O primeiro escudo civico, que houve em terras portuguezas, foi o de *Portus Calæ* (hoje *Cidade do Porto*) e mesmo se diz que fôra depois commum para todo o condado das terras do Douro, que fôra o dote de D. Thereza, mulher do *Conde D. Henrique de Borgonha* (4).

A figura 1.^a mostra o Escudo de *Portus Calæ*. Em *Campo* azul (*bláo*) uma cidade de prata, firme em terreno natural banhado por um rio d'ouro, ondeado de verde (*sinoble*) (5).

A figura 2.^a mostra o Escudo d'Armas do Conde D. Henrique de Borgonha, pae de D. Affonso Henrique ou Henriques, fundador da monarchia portugueza. Em *campo* de prata cruz firmada azul (*bláo*) (6).

Foi em 1139 que teve logar a batalha d'Ourique, e n'essa acção entrou D. Affonso com o seu escudo em branco, como até ali sempre usára vencendo tão brillantemente aquella batalha contra cinco reis mouros, entendeu, que era esse um feito d'armas, que lhe dava direito a tomar uma *divisa especial*, o que fez adoptando a que representa a figura 3.^a Em *campo* de prata cinco *escudetes* azues (*bláo*) em cruz carregados de cinco rodellas de prata (*bezantes*) *dispostos em aspa* (7) timbra uma serpe nascente (8).

Embracando Affonso aquellas armas depois d'uma batalha que o cobriu de gloria, e que foi para elle a precursora da posse d'um reino, continuou as suas conquistas até tomar Lisboa, sendo então o fundador da monarchia portugueza.

D. Affonso continuou a guerra e usou sempre em seu

escudo a divisa que tomára em signal de respeito, devoção e ufanía.

Quando, porém, foi jurado rei de Portugal, tomou novo escudo d'armas para o seu reino pelo modo seguinte:

PRIMEIRO ESCUDO D'ARMAS DO REINO DE PORTUGAL

Em *campo* de prata uma *áspa* formada por um cordão roxo (*purpura*) contendo quatro pequenos escudetes de azul (*bláo*) aos cantos da *áspa* tendo cada um nove peças circulares (*bezantes*), dispostos ao alto 3 a 3 (*em pala*), sobre a *áspa* uma cruz formada pelo mesmo cordão, *carregada* de cinco escudetes de azul (*bláo*), tendo dos lados as pontas voltadas para o centro, e tendo cada escudete 13 *bezantes* de prata *dispostos em pala* de 4, 5, 4, cercado tudo pelo cordão servindo de *orla*, contendo oito nós de ouro e outros tantos escudinhos, iguaes em tudo aos primeiros, ficando quatro nós nos cantos, e outros alternados com os escudinhos fig. 4.^a (9).

Por morte de Affonso Henriques, succedeu seu filho Sancho I, o qual alterou o escudo, supprimindo os oito escudetes da *orla* e os quatro da *áspa*, substituidos por outros tantos nós de ouro (10).

D. Affonso II, adoptou o mesmo escudo, que se usara em tempo de seu pae D. Sancho I.

D. Sancho II, succedendo a seu pae, tambem approvou o escudo uzado em tempo de seu avô.

D. Affonso III, na ausencia de seu irmão Sancho II, usou, em quanto regente, do escudo paterno; d'esse tempo apparecem escudos com 16 *bezantes* em tres *palas* de 5, 6, 5 (11).

O mesmo rei succedendo a seu irmão, e, quando successivamente foram tomados varios castellos no reino do Algarve, alterou as armas reaes reduzindo os *bezantes* a 5 postos em *áspa*; tirou o cordão substituindo-o pela *orla* vermelha (*goles*), carregada por 12 castellos de ouro, tantos quantos os conquistados.

Continuada a guerra tomou mais dois castellos no Algarve, por isso augmentou no escudo o numero dos castellos elevando-o a 14 (fig. 8.^a) (12).

D. Diniz succedeu a seu pae D. Affonso III, e em seu tempo alterou se o numero dos dinheiros (*bezantes*), apparecendo umas vezes 11, outras 10, dispostos em 5 linhas horisontaes (*faxas*), como se vê nas figuras 8 e 9; a *orla* tambem foi alterada quanto aos castellos, que passaram a ser 12, dispostos 4 em *chefe*, 4 em *contra-chefe* e 2 em cada lado.

D. Affonso IV, por morte de seu pae D. Diniz, parece que não se preocupou muito do objecto, e encon-

tram-se do seu tempo escudos com 12 castellos, e outros com 14, como também nos *bezantes* se encontram 10 e 11 (fig. 4.^a, 6.^a, 10.^a).

D. Pedro I, successor de seu pae Affonso. IV, alterou em seu tempo o escudo com referencia aos castellos da orla, e adoptou fossem 12, dispostos 1 no alto (*chefe*) e 1 em baixo (*ponta*), e quanto aos escudetes apparecem em 15 *bezantes* dispostos em 6 linhas horisontaes (*faxas*), 3 na primeira, terceira e quinta, e 2 em cada uma das outras (fig. 11.^a e 12.^a) (13).

D. Fernando II subiu ao throno por morte de seu pae Pedro I, e em seu tempo alteraram-se os escudetes azues, tornando a apparecer os 5 *bezantes* de prata em áspa, conservando a orla e os castellos como no tempo de seu pae (fig. 13.^a).

As phases por que passou o escudo real durante o reinado dos mencionados reis podem ser consideradas como acontecidas na primeira epocha do escudo nacional de Portugal, por isso que no reinado seguinte é que teve logar a mudança que mais se approxima das armas actuaes.

Até esta epocha os escudos e escudetes foram sempre redondos em ponta, e depois de Affonso Henrique usou-se sempre a corôa aberta sem outro timbre.

D. João I, depois de aclamado Rei em 1385, alterou de modo muito especial o escudo das Armas Reaes, que então era a divisa de Portugal; o seu modo de pensar ostentoso e elevado fez que no escudo se fizessem bem patentes as honras que possuia e muito apreciava; como era Mestre da Ordem militar d'Aviz, quiz fizesse parte do escudo a cruz, symbolo d'aquella ordem, e sendo cavalleiro da Ordem Ingleza a *Jarreteira*, também ali a symbolizou, construindo o escudo do modo seguinte:

Ordenou se conservassem os escudetes como no tempo de Affonso III, tanto no numero dos *bezantes* como na sua posição e côr, e que em escudo de prata assentassem sobre a cruz verde da ordem d'Aviz *flordelisada* e *firmada* sobre a orla vermelha do escudo, e que essa fosse *carregada* por 10 castellos de ouro, dispostos 4 em *chefe*, 2 em *contrachefe* e 2 de cada lado, os quaes intercalados com as flores de liz da cruz perfaziam o numero de 14 peças, que antes eram representadas pelos 14 castellos.

Exteriormente ornou o escudo com o coronel do Duque tendo por timbre um dragão nascente verde (*sinoble*) ondeado de ouro voltado para a direita do escudo (*dextra*) (fig. 14.^a) (14).

D. Duarte, successor de D. João I, não alterou o escudo que seu pae tinha ordenado.

D. Affonso V, quando subiu ao throno, succedendo a

seu pae D. Duarte, também não alterou o escudo de seu avô.

D. João II, foi successor de seu pae Affonso V, e no principio de seu reinado conservou o escudo de D. João I; depois ordenou que se omittisse a Cruz d'Aviz, conservando-se os 5 *bezantes em áspa* em cada um dos escudetes, e 10 castellos de ouro sobre a orla vermelha (*goles*) (fig. 15.^a) (15).

D. Manuel subiu ao throno, que se achava vago pela morte de seu primo paterno D. João II, e ao principio do seu reinado não se determinou nada ácerca de escudo d'armas; pelo contrario, até parece que pouco se curou de tal objecto; por isso que apparecem escudos d'essa epocha com 13 castellos, e outros com 10 na orla, e encontram-se também escudos acompanhados da esphera, que era a empreza que seu pae lhe concedêra: quando, porém, em 1590 regulou a Armaria, segundo as leis heraldicas, seguidas nas outras nações, por essa occasião determinou, que a orla do escudo real tivesse só 7 castellos, e é por isso que ha escudos do seu reinado de todas as formas (fig. 16.^a) (16).

D. João III, filho de D. Manuel, subiu ao throno por morte de seu pae, e novamente determinou, que na orla do escudo se collocassem 14 castellos, o que talvez fosse mais um capricho que uma regularidade; comtudo é d'essa epocha em diante que se encontra o blazonamento do escudo, conforme as regras heraldicas.

D. Sebastião succedeu a seu avô D. João III, e de seu tempo encontram-se escudos tendo na orla 14 castellos e outros com 7, numero que parece tornou a adoptar, quando ordenou, que se tirasse do escudo a corôa ducal, sendo substituida pela corôa fechada, symbolo da realza (fig. 17.^a) (18).

D. Henrique, o cardeal-rei, subiu ao throno pela vacatura que occasionou o desaparecimento de seu sobrinho D. Sebastião; é no seu reinado, que se pôde considerar o principio da terceira epocha do *blasão* d'armas de Portugal; porque aquelle rei fez alteração no escudo, a qual durou até D. João VI fazendo-se desde aquella epocha o blasonamento do modo seguinte:

Em campo de prata cinco escudetes de *blão* (azul) *dispostos* em cruz *carregados* cada um por cinco *bezantes* (dinheiros) de prata, *dispostos* em *áspa*, orla de *goles* (vermelha) *carregada* de sete castellos de ouro, sendo tres em *chefe* e dois de cada lado, tendo por timbre a corôa real (fig. 18.^a) (18).

A D. Henrique seguiram-se os Filippes, em cujo tempo se não tratou de tal objecto, ou, para melhor se dizer, foi um interregno da gloria nacional, de triste recordação.

Depois da expulsão dos hespanhoes, no memoravel

dia 1.º de dezembro de 1640, foi aclamado rei de Portugal D. João IV, e esse rei adoptou o mesmo escudo d'armas.

D. Affonso VI, e depois D. Pedro II, continuaram a usar o mesmo escudo.

D. João V, também o não alterou.

D. José e D. Maria I, não alteraram em seu tempo o escudo usado até então (19).

D. João VI, enquanto regente, conservou sem alteração o mesmo escudo; quando porém foi aclamado Rei ordenou que o escudo fosse assente na esphera armilar, que era a divisa ou empreza adoptada por El-Rei D. Manuel, e que D. João V, D. José e D. Maria I, já tinham adoptado no reverso da moeda que se cunhava para o ultramar, umas vezes só, e outras carregando a cruz da ordem de Christo.

Quando teve logar a separação do Brazil, ordenou-se que se tirasse a esphera e voltasse o escudo ao seu antigo estado de fórma e ornato.

D. Miguel de Bragança, filho segundo de D. João VI, quando se acclamou rei com o titulo de D. Miguel I, não alterou essencialmente o escudo das armas reaes, que seu pae usára, comtudo consentiu-se que na moeda fosse o escudo acompanhado exteriormente de duas palmas (fig. 19.^a) (20).

A Senhora D. Maria II, também não mudou em seu tempo as armas reaes, que passaram então a ser nationaes, por isso que o systema do governo era o representativo; na moeda, porém, approvou se collocasse o escudo sobre o *pavilhão* com *cumulo* a que se chamou manto! (fig. 20.^a) (21).

D. Pedro V, adoptou e approvou (mesmo para a moeda) o escudo do tempo de sua mãe.

O Senhor D. Luiz também por agora tem adoptado o mesmo escudo, e, para a moeda, approvou-se que se pozesse o ornato d'uma palma e um ramo d'oliveira d'um lado, e do outro uma palma e um ramo de carvalho (fig. 21.^a).

NOTAS

(1) Veja-se o Livro das Armas, do rei d'armas Francisco Coelho.

(2) Veja-se a interessante collecção de sellos existentes no museu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, bem como os sellos rodados ou gravados nos documentos diplomaticos, contratos, doações, etc.

(3) Carta de lei de 16 de novembro de 1590, postillada em julho de 1590, determinando a instituição da Armaria em Portugal, conforme as leis herallicas.

(4) Aquella affirmativa é só apoiada nas collecções numismaticas d'aquella epocha.

Os documentos diplomaticos, onde parece se devia encontrar a maior prova, esses pelo contrario são authenticados com a *cruz firmada* no sello rodado.

(5) Na Historia genealogica da casa real diz-se que tinha também no rio tres navios.

(6) Era o escudo que lhe dera seu tio *Godofredo de Bulhão* na Palestina. Henrique de Borgonha nasceu em 1035, era o 4.º filho de Henrique de Borgonha, morreu em 1112, jaz em Braga, foi casado com D. Thereza, cujo dote foi o condado do Douro, que Henrique augmentou.

(7) Aquella divisa era allusiva á de seu pae. Quanto á cruz azul, e o numero de cinco escudetes eram em memoria das cinco chagas de Christo; os 5 bezantes, moeda mourisca, recordavam os 5 reis mouros vencidos, e o numero 6 multiplicado por si mesmo e juntando-se-lhe mais o numero dos 5 escudetes perfaz 30, numero que allude aos dinheiros por que fôra vendido o Redemptor do mundo.

(8) Affonso tomou como empreza, que depois se chamou *timbre*, meia serpe voltada para a direita.

(9) Para tão extensa decoração contribuiu o espirito da epocha, e as idéas de devoção ostentadas pelo novo rei, que se dizia inspirado; conservou portanto o escudo primitivo, juntando-lhe o cordão da ordem de S. Francisco, santo que se diz recebera as chagas de Christo, e os 13 bezantes alludiam ao numero dos apostolos.

(10) Não estão bem definidas as razões que foram causa de tal alteração.

D'aquella epocha encontram-se escudos com differença no numero dos bezantes nos escudetes da cruz, como se vê nas figuras 6.ª e 7.ª, não ha documentos, que auctorisem essas differenças, e por isso só podem ser attribuidas, como outras muitas, a ignorancia ou pouca aptidão do artista.—NB. Foi no reinado d'aquelle rei que de todo acabou o sello rodado, sendo substituido pelo sello pendente.

(11) Aquella differença não está bem provada se foi ordenada; no caso negativo, talvez devam ser attribuidas as causas mencionadas anteriormente.

(12) A disposição dos 12 castellos era 4 em cima (*chefe*) e 4 de cada lado *dextro* e *sinistro*; depois, quando passaram ao numero de 14, a sua disposição era 4 em *chefe*; 3 de cada lado e 4 em baixo (*contra chefe*).

NB. A grande quantidade de castellos e pouco espaço para os collocar, deu logar a encontrarem-se grandes differenças no seu numero em escudos d'esses tempos, circumstancias que de modo nenhum podem influir na verdade do facto, que hoje veio ser comprovado por um sello do tempo de D. Affonso IV que existe na preciosa collecção do sr. Possidonio da Silva, exposta no museu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, já mencionado.

Na Igreja da Sé, no claustro, defronte da capella de Santo Antonio, nas portas chamadas da *Mouraria*, e no chafariz de Arroios havia *Armas* do tempo de D. Affonso III, e de D. João II, tendo todas mais de 10 castellos.

(13) Por tal fórma se encontram armas no tempo d'aquelle rei, e depois em tempo de seu filho D. Fernando II; comtudo ha falta de documentos authenticos, que provem legalmente tal disposição.

(14) D. João I, symbolisou no escudo as duas ordens que possuía, e determinou que o seu grito de guerra fôsse *por S. Jorge!* não só por ser o santo patrono da Ordem da Jarreteira, mas também para se differenciar do que até então tinham evocado os seus antecessores, que era o mesmo que usavam os castelhanos, *por S. Thiago, aos mouros!*

(15) Foi D. João II, que ordenou se tirasse do escudo real a cruz

da Ordem d'Aviz; não são conhecidas as razões que para isso militaram; o facto teve lugar, e alguém disse que fôra a rogo de D. Jorge, Mestre da Ordem de S. Thiago, a quem el-rei muito honrava.

A cruz tirou-se e não foram substituídas as flores de liz na orla que representavam cada uma um castello, e por isso ficaram 10, sem que para isso se dêsse razão alguma.

(16) No tempo de D. Manuel organizou-se o escudo; teve, porém isso lugar quasi no fim do seu reinado, e por isso se encontra de seu tempo por diversas fórmãs; na organização seguiu-se quanto á posição dos escudetes e numero dos bezantes o mesmo que usara D. João II.

(17) D. Sebastião foi o primeiro rei que usou corôa real, do mesmo modo que n'essa epocha já os soberanos de França e Hespanha a principiaram a usar, e não era de certo com mais jus, attento o poderio do rei portuguez.

(18) Do tempo de D. Henrique encontram-se escudos cujo campo é elliptico (ovado), fórmula que em heraldica é destinada aos padres e será essa talvez a razão; comtudo não é raro encontrar escudos com a mesma fórmula, mesmo depois da sua morte, circumstancia que parece não tem razão nem explicação, a não ser desleixo ou ignorancia.

(19) Do tempo da Senhora D. Maria I apparecem varios escudos decorados de abundante esculptura; não consta que para tal houvesse ordem regia, nem mesmo a podia haver com fundamento scientifico, por isso que em heraldica se não conhecem ornatos de tal ordem.

(20) O Senhor D. Miguel, approvando a lembrança de se ornar o escudo na moeda com duas palmas, parece-me que commetteu (com o devido respeito) um erro heraldico, por isso que o escudo real nunca até então teve ornato exterior, e para o ter era necessario que aquelle senhor o decretasse.

(21) Em tempo da Senhora D. Maria II approvou-se (ignoro como) que se assentasse o escudo (na moeda) sobre o pavilhão regio, a que se deu o nome de *mantol* assim como se tem approvado que nas diversas especies de moeda haja differenças nos escudos. Quanto á primeira parte, parece que seria necessario mais que uma approvação para se fazer; quanto á segunda, é uma irregularidade, que tem por causa o menosprezo e ignorancia da sciencia, irregularidade que ha de causar grande confusão numismatica aos nossos vindouros, quando aquellas moedas se tornarem archeologicas, do mesmo modo que agora nos é difficil explicar faltas do mesmo genero.

Tem havido, portanto, em todos os tempos uma especie de anarchia heraldica, para que tem cooperado diversas circumstancias, sendo a principal o abandono e desleixo da parte de quem cumpria fiscalisar um objecto, que, a existir, parece que devia merecer mais attenção.

Tolerar tal abandono e confusão é não considerar que os escudos d'armas podem e devem ser um subsidio da historia patria, mas para isso é mister que seja uma cousa séria e verdadeira.

A vontade e gosto dos artistas, a sua maior ou menor aptidão, o desconhecimento das leis e sciencia relativas, tanto da sua parte com o dos interessados, têm feito apparecer muitas irregularidades, e por isso mesmo na moeda se encontram grandes erros e faltas.

Escudos sem os *bezantes* nos escudetes, outros sem a designação respectiva de côr ou metal, forros, posições, ornatos etc., tudo se encontra e tudo se tem consentido. Como não ha fiscalisação, cada um faz o que quer e o que lhe parece mais bonito!

O que acontece nas obras particulares, tem-se dado infelizmente na moeda, que devia ser o typo exacto e scientifico do escudo d'armas do paiz, na qual se encontram escudos muito differentes conforme o genero de moeda, produzindo isso uma confusão que não tem razão de ser, assim como se encontram faltas e erros indesculpaveis.

Francisco José de Almeida.

CHRONICA

EL-REI o SENHOR D. FERNANDO se dignou fazer uma dadiva de subido valor á nossa Associação, da qual Sua Magestade é Protector, dando para ornar o Museu d'Archeologia uma colleção de 39 photographias tiradas dos objectos principaes e executados por artistas portuguezes, da riquissima galeria que Sua Magestade possui no palacio das Necessidades; objectos que figuraram na Exposição de Vienna d'Austria no anno findo.

O REAL INSTITUTO DOS ARCHITECTOS BRITANNICOS felicitou a nossa associação por ter o governo de Sua Magestade concedido o titulo — REAL —.

O NOSSO DIGNO CONSOCIO O SR. VISCONDE D'ALEMQUER offereceu um Cippo pertencente a uma dama romana, que foi descoberto na sua propriedade de Olhavo.

O JURY DA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE VIENNA D'AUSTRIA votou um diploma de *Merito* ao nosso collega o sr. Joaquim Possidonio Narcizo da Silva, pelos seus projectos architectonicos expostos n'aquelle certame publico.

MEMBROS DA MESA QUE DEVEM SERVIR EM 1874

Os srs:

Presidente — Joaquim Possidonio Narcizo da Silva.

Vice-Presidente — Conselheiro João Maria Feijó.

Secretario Architecto — Valentim José Correia.

Secretario Archeologo — Sebastião Philippe M. Estacio da Veiga.

Thesoureiro — Carlos Munró.

SECÇÃO DE ARCHITECTURA

Os srs:

Presidente — Conselheiro João Maria Feijó.

Secretario — José Antonio Gaspar.

Delegado — José Maria Caggiani.

SECÇÃO DE ARCHEOLOGIA

Os srs:

Presidente — Joaquim Possidonio Narcizo da Silva.

Secretario — Joaquim Toledo Garcia.

Delegado — Ernesto da Silva.

SECÇÃO DE CONSTRUÇÃO

Os srs:

Presidente — Feliciano Correia de Souza.

Secretario — D. José de Saldanha Oliveira.

Delegado — Francisco José d'Almeida.